PRONUNCIAMENTOS DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2024, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 19ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 19ª Legislatura, realizada hoje, em 15 de abril de 2024.

Votação da Ata. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário vereador Isnard Araújo.

LEITURA DO EXPEDIENTE

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Isnard Araújo. Antes de chamarmos a Tribuna, há sobre a Mesa a licença dos vereadores Augusto Vasconcelos, Sandro Bahiense, André Fraga, Suíca e Helio Ferreira. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Tribuna Popular por dez minutos, SOS Buracão, Sr. Daniel Passos, representante, assunto inerente. Por dez minutos, Sr. Daniel.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR DANIEL PASSOS (SOS BURACÃO)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde a todos os presentes aqui nesta Casa. Eu sou Daniel Passos. Sou artista visual, formado em arquitetura e urbanismo e especialista em gestão e urbanismo sustentável pela universidade Erasmus, na Holanda. E eu gostaria de antemão de dividir com os Srs. vereadores duas das maiores lições que eu aprendi na Holanda.

A primeira é que desenvolvimento sustentável se faz com o desenvolvimento conjunto dos âmbitos ambientais, sociais e econômicos. E o segundo, que é justamente o motivo para a gente conseguir estar aqui nesta Casa hoje, é mostrar como que a

complexidade na agenda resulta em melhores propostas para o urbanismo da Cidade do Salvador, que toma forma através do projeto de lei de autoria do senhor, V. Exa., vossa presidência, através do PL nº 318. O objetivo de hoje aqui da Câmara e o que a gente precisa é organizar uma estratégia para, sim, a gente conseguir regulamentar melhor ou encaminhar melhor os interesses do Poder Executivo.

O motivo pelo qual a gente entra aqui são as duas torres que agora temos conhecimento, a partir do dia 3 de fevereiro, que foi anunciado em entrevista pelo Eduardo Pedreira, CEO da Odebrecht, que são empreendimentos assombrosamente misteriosos, pois a gente só tem conhecimento, até o dia de hoje, por palavras, apesar do SOS Buracão se manter constantemente em atividade pedindo a revelação do projeto. Pedindo à Sedur e pedindo a todos os demais órgãos do Executivo para que se revele o projeto, e a gente possa discutir.

Existem diversos problemas que o SOS Buracão termina identificando. Até o dia de hoje, quando a aprovação do empreendimento ainda nem foi oficializada, já conseguimos identificar problemas de política pública, a começar pelos terrenos onde os dois edifícios tomarão forma. São ao todo três casas. Duas casas darão fundação a um edifício de 16 andares e uma casa será demolida para vir um edifício de 15 andares. Trata-se da casa nº 218, que eu gostaria de aprofundar ainda

mais aqui no tema, para revelar a primeira falha de política pública.

Essa casa estava em desuso, ela é adquirida em 2017 e, pela associação, a gente buscou uma informação com relação ao destino dela. O proprietário na época informa à gente que ele estaria realizando o sonho da família dele, porém, na prática, isso se mostrou outro destino. Pois, em 2022, essa mesma casa, continuada em desuso, é comprada pela Odebrecht. Um detalhe da casa: ela é comprada em 2017 por R$ 1,5 milhão e vendida à Odebrecht por R$ 5,6 milhões, uma valorização de 40% ao ano de um imóvel cuja função social não foi cumprida. Trata-se de uma casa em total desuso, ao longo de cinco anos, que não parou de valorizar. Isso é um problema de política pública.

E vem por quê? Por que existe essa supervalorização no imóvel nº 218? Porque existe um artigo, o Art. 275 do PDDU em vigência, que prevê o aumento de 50% do potencial construtivo para obras que propusessem uma requalificação à degradação urbana. Mas não existe uma degradação urbana em uma casa em desuso, ainda mais com o que vimos na audiência pública que ocorreu já com o tema do PL nº 318, que a Rua do Barro Vermelho é uma rua em total desenvolvimento urbano, o desenvolvimento urbano nela já é consolidado.

É interessante então aqui também pegarmos o seguinte: em 2019 agentes públicos estiveram junto à Associação de

Moradores da Rua do Barro Vermelho para tratar do tema da requalificação da orla na parte do Rio Vermelho. A parte que é interessante dessa requalificação é que ela foi feita. Ela foi feita até a Rua Fonte do Boi e foi até o Quartel de Amaralina, ficando somente a Rua do Barro Vermelho sem nenhuma intervenção. A meu ver, do ponto de vista técnico, tem a ver com o fato de o urbanismo estar consolidado lá e que cabem mais obras de manutenção. Porém, estamos sempre dispostos a desenvolver o solo urbano, e isso é totalmente legítimo.

O problema é que a requalificação vem. Ela toma forma no dia 3 de fevereiro deste ano, através da promessa formal agora, em uma entrevista do Eduardo Pedreira, em que ele coloca R$ 4 milhões em obra pública. Senhoras e senhores, estamos falando de um Executivo que está trocando favores com agentes comerciais privados, imobiliárias privadas, para fazer obras públicas. E qual é o resultado disso? Seria maravilhoso se tivesse participação, mas o SOS Buracão, juntamente com a Associação de Moradores, procura sempre a Odebrecht para que exista o diálogo, e que a gente saiba a destinação destes R$ 4 milhões que a Odebrecht promete entregar. A gente não consegue saber qual que é o destino, e o Executivo permanece ausente nessa questão.

Então é interessante a gente pegar uma coisa agora, que é o seguinte: nós temos um desenvolvimento de obra pública com esses R$ 4 milhões como contrapartida à construção de duas

torres de 15 andares. Contrapartida pelo quê? Contrapartida pelo seguinte: no momento em que a gente constrói em beira de praia, a gente sempre vai pedir o estudo de sombreamento dessas edificações, porque é um instrumento legal, que foi uma batalha popular lá do último PDDU, e que ele serve como base para podermos proteger as nossas praias. Mas exatamente agora existe uma contrapartida.

Então o que temos é o quê? O Executivo permitindo o desenvolvimento urbano em prol da degradação ambiental? Porque hoje na Rua do Barro Vermelho já é comprovado o sombreamento da praia com um edifício de quatro andares, quem dirá um de 15 e um de 16? Nem estudos são necessários, pois a trajetória do sol é a mesma para todos. Então, temos um incentivo à obra pública, com dinheiro privado, sendo tirado ali a responsabilidade do poder público.

Eu quero abrir aqui para os senhores rapidinho e gostaria da atenção de todos os vereadores, por favor, para a gente fazer aqui um pequeno exercício do panorama urbano da rua. Vamos pegar uma pequena sessão da rua.

Nós temos duas casas que saem e dão destino a uma torre de 16 andares, ao lado de uma casa unifamiliar de dois pavimentos, ao lado de um prédio de quatro unidades habitacionais, ao lado de uma torre de 15 andares, que agora sai

a casa nº 218, vem uma torre de 15 andares, ao lado de uma residência unifamiliar. É estranho.

O SOS Buracão vai além para a gente poder mostrar aqui uma coisa que é: não são apenas duas torres, é projeto. Nós temos uma torre de 16 andares ao lado de uma casa onde vive uma criança asmática. Ao lado de um prédio composto em sua maioria por idosos, quatro unidades. Ao lado de uma torre de 15 andares, ao lado de uma casa uniresidencial de um idoso de mais de 70 anos.

A aprovação desses dois empreendimentos do meu ponto de vista técnico equivale-se à ordem de despejo das duas casas ao lado, porque vai ser impossível a um idoso de mais de 70 anos e uma criança asmática conviverem com tamanhas obras. A fundação necessária para a construção dessas duas torres é completamente desigual ao restante da rua. Então, no final do dia, nós teremos provavelmente duas torres, um edifício de quatro andares e duas torres. E a Praia do Buracão é dizimada em sua insolação, ela com certeza vai ter as suas atividades rompidas, é um ecossistema frágil.

E como pode a gente estar agredindo um ecossistema tão frágil assim de desenvolvimento urbano e de praia e de exploração se a gente fala de Salvador, Salvador Azul, se a gente fala de Salvador, Salvador 500, que completa o plano cinco anos agora. Isso é uma situação ruim para todos, ruim aos moradores, ruim

ao poder público, que sai com sua vista desgastada, ruim ao meio ambiente, como eu já falei, existe o sombreamento.

E neste panorama, o que é que surge? Surge uma coisa interessantíssima, Sr. presidente, surge o seu projeto, o PL nº 318. Ele propõe um novo horizonte e é interessante aqui relembrar o que eu comecei falando — das duas lições da Holanda. Reparem como o PL nº 318 vai adicionar, sim, mais complexidade ao tema, porém vai trazer também melhores resultados, sim, para o desenvolvimento urbano na Rua do Barro Vermelho. Ele sai na frente porque ela é uma escuta ativa do presidente desta Casa junto com os senhores, tornando um projeto de volta de 100% do interesse do SOS Buracão.

Isso faz total sentido se temos de fato uma empresa que diz o desenvolvimento sustentável, só que com a degradação ambiental. Como eu disse, senhoras e senhores, não faz sentido isso. Temos que desenvolver ambientalmente, socialmente e economicamente. A proposta PL nº 318 faz justamente isso. A proposta inclusive demonstra um cuidado do poder municipal...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para concluir, Daniel, por favor.

SR. DANIEL PASSOS (SOS BURACÃO): Como?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para concluir.

SR. DANIEL PASSOS (SOS BURACÃO): Está bem, para concluir eu preciso de mais dois minutinhos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): O seu tempo já passou...

SR. DANIEL PASSOS (SOS BURACÃO): Foi essa sirene? Desculpem-me, eu não tinha... Mas, assim, o cuidado do poder municipal com o patrimônio da União e que isso daí é totalmente necessário, junto a uma proteção da paisagem.

A PL nº 318... só três minutos, por favor, eu juro que eu concluo. Ela abre principalmente para a colaboração e o SOS Buracão está muito interessado nas iniciativas sustentáveis que podem se somar ao projeto. O SOS Buracão, inclusive, faz um convite aqui ao Sr. vereador Claudio Tinoco, que estivemos presentes na audiência pública dele e ele demonstra um carinho e um cuidado com os comerciantes de praia. E que ele coloca inclusive o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro. Por que a gente também não torna então esses dois terrenos, agora disponíveis, para uma infraestrutura de praia? Exatamente um primeiro encaminhamento, talvez, um primeiro projeto, tendo de novo assim uma abertura maior, realmente, ao investimento e ao desenvolvimento urbano.

Sr. Tinoco, fica aqui o convite. E a gente tem muito interesse em fazer esse debate ocorrer pluralmente na cidade.

Independente de direita, esquerda, oposição, estamos todos aqui defendendo Salvador, eu acredito.

E, assim, para concluir, o novo panorama que a proposta do Sr. Carlos Muniz propõe, ela coloca para mim, evidentemente, o seguinte: quais vereadores estão a favor do desenvolvimento sustentável e quais vereadores estarão ao lado do desenvolvimento autocanibal. E a votação desse PL é que justamente irá fazer esse destino.

Srs. vereadores, obrigado pelo tempo dos senhores. Obrigado, novamente, presidente. E é isso.

Precisamos movimentar para as comissões esse PL.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, amigo.

Quero chamar a atenção, Daniel, de V.S.ª, de todos aqueles que estão aqui presentes que o cartório já foi notificado que existe esse PL na Câmara. Você pode ter certeza que antes da votação, só se algum louco for fazer algo que não seja de acordo com a lei, mas ali não poderá nada ser feito antes da votação aqui na Câmara. Você pode ter certeza.

Mandei que notificasse todos os cartórios em relação a isso. E pode ter certeza que iremos fazer aqui a nossa obrigação.

Agradeço a todos vocês.

SR. DANIEL PASSOS (SOS BURACÃO): - Obrigado. Obrigado pela participação. E vamos juntos, Salvador, construir uma cidade mais resiliente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Federação Espírita do Estado da Bahia, Sra. Lúcia Mascarenhas, representante, assunto inerente. Por favor, por dez minutos.

Antes de V.Exa. fazer o uso da palavra, quero pedir aos vereadores que levantem para promulgar a Resolução nº 3.340/2024 a 3.347/2024.

Promulgado.

Dona Lúcia, pode ficar à vontade por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA LÚCIA MASCARENHAS (FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DA BAHIA - FEEB)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimentando o presidente da Câmara, o Sr. Carlos Muniz, e todos os presentes, mas, em especial, faço um cumprimento às instituições presentes, à sociedade civil como um todo.

E apresentando-me, eu sou representante no trabalho da Federação Espírita do Estado da Bahia, mas representei o Conselho como presidente em dois mandatos. Sou licenciada em História e hoje eu trago aqui a pauta da pessoa idosa em relação ao Fundo, que é uma preocupação que precisa ser trazida para que todos tenham conhecimento da responsabilidade que temos em relação à pessoa idosa.

Temos observado em muitos ambientes que frequentamos, de movimentos sociais e conselhos, de um modo geral, com uma certa preocupação e expectativa, até dos mesmos em relação a essa pauta, uma retenção sobre o assunto recorrente, que é o Fundo do Idoso.

Realmente, o Fundo é visto como uma salvaguarda para fortalecer as políticas públicas de assistência à pessoa idosa. Para dar maior efetividade à proteção, que lhe é garantida pelas nossas Constituições Federal e Estadual, considerando que a pesquisa

divulgada pelo IBGE, elaborada entre os anos de 2015 e 2016, demonstra que o número de idosos da Bahia chegou a 2 milhões, e o Estado já é o sétimo no país em aumento da população idosa. Com base nos dados avaliados, a partir de pesquisa, a expectativa, segundo o IBGE é de chegar a 3 milhões em menos de 15 anos.

Nesse cenário torna-se visível o descompasso entre o crescimento do segmento dessa população e de políticas públicas. Há muito tempo, há muito que ser feito para minimizar tal situação. O Fundo, a lei é criada em 2022, em março de 2022, em uma luta que estava estacionada há oito anos, esse fundo, e conseguimos. Só que tem dois anos parado sem abrir chamamento público no seu objetivo maior que é o recurso do fundo ser utilizado em benefício do idoso.

Mas, afinal, o que é o Fundo? O Fundo é um instrumento fundamental para viabilizar a implementação das políticas de promoção dos direitos da cidadania buscando melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional da Pessoa Idosa.

Como ter direito aos recursos do Fundo? Muitos perguntam e poucos sabem como conseguir esse recurso. Acompanhando os conselhos. No caso, o Conselho Estadual, que está com o Fundo parado há dois anos, porque o Municipal liberou esse recurso do fundo com o chamamento público, mas o Conselho Estadual está

parado, e nós precisamos que a sociedade civil venha cobrar e participar dessas discussões porque ela não tem voto, mas tem voz. E muitos não conhecem os seus direitos de participar desses encontros, que se dão na segunda quarta-feira do mês e é de extrema importância que as discussões avancem para que tenhamos resultados efetivos nesses encaminhamentos.

O que fazer para que isso aconteça? Todas essas discussões que precisam ser feitas e buscar realmente que a sociedade tenha conhecimento. Nossa luta tem sido grande em relação a isso. Eu, quando assumi a presidência do Conselho, ele não tinha na Bahia nem 20 conselhos. Eu saí com 138 conselhos com o fundo aprovado, com curso de cuidador e várias outras ações. Mas a importância de a gente contribuir também, Srs. vereadores, que podem doar do imposto de renda, que desde 2020 houve essa possibilidade — não é só criança e adolescente, o idoso também pode arrecadar fundos —, é muito importante que possamos contribuir de alguma forma para que avance essa política.

Outra informação é que a Bahia é o 5º lugar em violência à pessoa idosa. Não só em violência, como em violência nas instituições de longa permanência, os chamados anteriormente de abrigos. Eu visitei mais de 70 municípios, que é muito pouco num mundo de 517, 417, perdão, mas a realidade da Bahia é a pior possível.

Além disso, não há políticas públicas para a pessoa idosa. E falo que não há porque não há recurso. E não se faz política pública sem recurso. Então, isso se torna realmente um caminho que não está tendo volta, não está tendo avanço. E poucas pessoas sabem disso porque a velhice não é um problema social e precisamos entender isso, que a velhice não é um problema social, é conquista da humanidade. Com todos os avanços que tivemos, essa é uma conquista da humanidade.

Estamos envelhecendo produzindo. Muitas dessas pessoas que passaram dos 60 anos e são, pelo Estatuto da Pessoa Idosa, idosas, mas que estão em ativa, produzindo e contribuindo para este país tentar crescer. Porque é uma tentativa, já que temos tantos anos de Brasil e nunca preocupou-se com a política do idoso, porque não esperava-se que o idoso avançasse tanto no processo evolutivo de vida. E é isso.

O idoso não é visto também como sujeito de direito, porque ele não produz, parte dele não produz. Então, ele se torna um peso para o país e para muitos. E isso precisa acabar, essa é questão de direitos. Temos um Estatuto que precisa ser cumprido e respeitado na sua íntegra. Foi uma luta para que esse Estatuto, essa lei, viesse defender a política do idoso. E hoje, pouco se discute, não é uma pauta interessante para a maioria das pessoas. E se as pessoas tivessem oportunidade de visitar os municípios da Bahia e as próprias instituições de longa

permanência de Salvador, que passam de 80 e que o sofrimento desses idosos só aumenta porque é liberado que essas instituições possam abrir sem nenhuma condição e sem nenhum preparo para cuidar da pessoa idosa pelo simples fato de receber a contribuição, o salário dessa pessoa.

Então, senhores, termino com uma mensagem, que é de Rousseau. Eu, como historiadora, penso muito no que ele falou: "O governante é um comissário do povo e somente a fiscalização popular pode assegurar a lisura das ações do governo e evitar que interesses privados prevaleçam sobre o interesse público". Rousseau falou isso há mais de 100 anos. A sabedoria dele, realmente, em relação às responsabilidades que são dadas àqueles que representam — só concluindo — é muito grande.

Penso aqui que sensibilize e os presentes, vocês é que vão fazer a diferença nesse processo. E vamos para a luta!

Obrigada à Mesa.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigada, Sra. Lúcia Mascarenhas.

Encontra-se aqui o requerimento do vereador, professor Edvaldo Brito, que, baseado no Inciso III do Art.17, está aqui apresentando requerimento e justificativa para a impossibilidade de estar presente na sessão do dia 10, que aconteceu, e assim justificando a sua ausência. Os vereadores que aprovam a ausência do vereador permaneçam como estão. Aprovado.

Inscritos para Comentário. Primeiro, vereador Augusto Vasconcelos, depois o vereador Joceval Rodrigues. Alguém mais se inscreve? Vereadora Marta Rodrigues.

Vereador Augusto, V.Exa. dispõe de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR AUGUSTO VASCONCELOS (PCdoB)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes e quem nos acompanha também pela TV Câmara e pelas redes sociais.

Registrar que o tempo é muito curto, são apenas três minutos para comentar dois assuntos extremamente relevantes. Queria logo aproveitar e saudar a ex-presidenta aqui do Fórum Permanente em Defesa da Pessoa Idosa, do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Lúcia Mascarenhas. Mas aproveitar para registrar, minha querida amiga, Girlene, atual presidente do Fórum

Permanente em Defesa da Pessoa Idosa, assim como Noli Fraga, lá do Sindicato dos Bancários da Bahia.

E reafirmar o nosso compromisso com a pauta para que o Estatuto da Pessoa Idosa possa sair do papel, daqui da nossa capital. Já apresentamos diversos projetos e, através da Ouvidoria da Câmara, esse tem sido um dos assuntos mais debatidos. Já estivemos em inúmeros eventos, audiências, conferências, seminários, e a própria Câmara Municipal já fez sessão especial, juntamente com o fórum em defesa da pessoa idosa. E quero aqui reiterar os argumentos trazidos por Lúcia Mascarenhas aqui nesta Tribuna.

Mas queria me ater e concentrar a minha fala nesses minutos que me restam para comentar esse tema que eu também já tratei diversas vezes aqui na Tribuna, que é a pauta, que foi muito bem explicitada pelo querido amigo e companheiro Daniel, que fez uso aqui dessa Tribuna para explicitar, verbalizar a fala do movimento SOS Buracão e da Associação de Moradores do Barro Vermelho.

Saudando aqui Miguel e toda a comitiva que veio aqui participar, registrando que esse tema, e o presidente Carlos Muniz ao apresentar o projeto de lei nesta Casa foi muito preciso, no intuito de que nós não estamos discutindo apenas a ocupação de uma faixa litorânea, o que já seria muito para que nós

pudéssemos debater o projeto de lei apresentado pela Presidência desta Casa.

Nós estamos discutindo um precedente, que vai envolver toda a orla de Salvador. O que está em jogo no Buracão é uma espécie de laboratório para que nós possamos fazer, como a gente fala lá no interior, “riscar a faca” para saber quem é que está do lado do desenvolvimento sustentável para valer. A quem interessa degradar as condições de vida da cidade para beneficiar pouquíssimas famílias. É sobre isso que nós precisamos debater.

Agora as enchentes recentes da cidade revelam que esse modelo predatório de ocupação do solo urbano pode inviabilizar as condições de vida do conjunto da população. O acesso à praia é um direito fundamental e é inalienável. Nós estamos falando de um bem público, que não pode ser privatizado. O sombreamento da orla não pode ser a regra. Por isso que nós temos leis no município para coibir esse tipo de iniciativa.

Como ouvidor-geral da Câmara, eu interpelei à Secretaria de Desenvolvimento Urbano para que apresentasse o projeto desses supostos espigões que querem erguer na Praia do Buracão. E nós ainda registramos aqui que não foi cedido o acesso ao conteúdo do projeto total. O que tivemos foi acesso a partes do projeto, sem ainda uma formalização por parte da Prefeitura. Nós queremos ter acesso a qual é o tipo de plano que

está sendo pensado não só para o Buracão, mas para o conjunto da orla na cidade.

Nós não podemos permitir que fungos e protozoários se proliferem porque o sombreamento vai levar a isso. Nós não podemos permitir que os barraqueiros que atuam ali sejam na prática expulsos porque o que está em jogo é isso. Querem expulsar os barraqueiros, os mais pobres, o vendedor de coco, o popular que não mora naquela rua, mas que quer ter acesso àquela praia lindíssima da cidade, uma das poucas que ainda mantém uma espécie de preservação, ainda que frágil, daquele ecossistema. Nós precisamos discutir e aproveitar.

Por isso cobramos do prefeito que cumprisse a lei do próprio PDDU aprovado aqui na Câmara, que previa a revisão do PDDU em oito anos. O prefeito está se apegando ao Estatuto da Cidade, que é uma lei federal, para dizer que só vai encaminhar o projeto depois das eleições porque o prazo da lei federal é de 10 anos. Mas a lei municipal fala em oito e nós precisamos cumprir que essa lei seja revisada. E não revisada para pior, para atender a interesses poderosos da especulação imobiliária.

Precisamos garantir que ela seja revisada para retirar, por exemplo, esse artigo citado por Daniel, que transforma a degradação de imóveis em projeto para poucas pessoas lucrarem muito. Porque hoje um imóvel degradado está valendo mais do que um imóvel não degradado justamente porque a lógica é

aumentar a possibilidade de erguer mais prédios usando o argumento que foi o argumento, digamos assim, na justificativa na época, que era para garantir o direito à cidade para todo mundo.

O que nós estamos vendo na prática é o oposto, a orla está cheia de imóveis abandonados. E gente esperando lucrar fábulas de dinheiro com as aquisições da especulação imobiliária, que estão vendo um filão de mercado. E nós não somos contra o desenvolvimento nem a construção civil, mas nós precisamos garantir que as obras respeitem a legislação ambiental, urbanística, o direito de vizinhança, e, principalmente, o compromisso de fazer uma cidade melhor para todo mundo e não para meia dúzia de pessoas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Augusto. Requerimento do vereador Joceval Rodrigues, também fundamentado aqui no Regimento, consoante o Art. 17, do seu inciso III, também justificando a sua ausência na sessão ordinária do dia 10. Vereadores que aprovam permaneçam estão. Aprovado.

Inscrito para Comentário vereador Joceval Rodrigues, que dispõe de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR JOCEVAL RODRIGUES (CIDADANIA)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Vereadores e vereadoras presentes nesta sessão, meu boa-tarde. Presidente, professor e amigo Edvaldo Brito, pessoas militantes, ambientalistas, amantes da nossa cidade e do meio ambiente, da qualidade de vida da nossa cidade, o meu boa-tarde a vocês que ocupam a galeria nesta tarde.

Eu, Joceval Rodrigues, estou realmente perplexo. Chegou o momento da nossa cidade, vereador Sílvio Humberto, que nós já não conseguimos mais enxergar o que é reflexo de uma manifestação popular. Como um movimento, vereador Augusto Vasconcelos, que me antecedeu aqui e muito bem usou esta Tribuna, como que um movimento, com a representação de várias áreas de Salvador, grita contra um projeto que deixa a nossa cidade, como o senhor falou muito bem, cria — vou usar o "juridiquês" — uma jurisprudência. Obrigado, professor. Sim, cria um fato em que outras áreas, em um futuro outro, possa ser repetido esse ato.

Eu sou contra este projeto, sou contra a utilização de áreas verdes, de áreas que são contidas dentro de um PDDU que foi aprovado por esta Casa, para que essas áreas fossem consideradas áreas de bem comum, áreas verdes, áreas de proteção ambiental. Houve uma oitiva de várias audiências públicas, esta Casa participou, debateu, escutou, com várias associações, representações do Conselho de Arquitetura, de Engenharia e do Meio Ambiente. E nós conseguimos fazer uma peça, vereadora Cátia Rodrigues, que acaba sendo uma lei, o PDDU, junto com a LOUOS, aprovada por aqui.

Agora esta lei, através de um projeto sem nenhum tipo de escuta da sociedade, esse projeto acaba sendo rasgado. Nós não podemos discutir o PDDU dessa forma. A nossa cidade não merece esse tipo de trato, esse tipo de tratativa. Então eu, em 2010 ou 2009, dei entrada num projeto de lei aqui, professor Edvaldo Brito, vereador Lessa, tornando de utilidade pública o Colégio Marista. Foi um escândalo! "Um vereador tornando uma área da cidade de utilidade pública?" É, porque ali também tinha o fantasma da especulação imobiliária para erguer torres. Iriam dar muito lucro para quem estava por trás empreendendo.

Nós conseguimos, com muita luta e com muita garra, fazer com que aquele colégio tradicional, constando também lá uma capela de mais de 110 anos, que não fosse demolido tudo aquilo para erguer torres. Primeiro, por falta do mesmo problema — de

um estudo de impacto de trânsito adequado. Segundo, não tinha condição nenhuma daquele projeto, daquela área estar cedida à especulação imobiliária, pois o Canela já não tinha como receber de todas as formas o tal empreendimento. Nós tornamos de utilidade pública. Hoje lá é o Instituto Federal, dando mais de 3 mil vagas para alunos e fazendo com que a formação e a educação — que deveria ser a prioridade de nossa cidade, não é isso? — esteja sendo pautada.

Então, eu apoio o movimento, apoio a unidade entre os movimentos. Nós precisamos nos unir. Estamos falando de Stella Maris, estamos falando do Morro do Ipiranga, estamos falando do Corredor da Vitória, estamos falando do Buracão, estamos falando de todas essas áreas. Precisamos de unidade, precisamos ter troca de conteúdos jurídicos. Muitas pessoas estão nos ajudando, precisamos somar forças. É óbvio que cada um tem a preocupação específica sobre alguma área, mas sem juntar forças fica mais difícil.

Estive semana passada com pessoas também preocupadas, novamente me procuraram, pelo Morro do Ipiranga. Um absurdo, professor! Um absurdo! Mas se a gente trata de forma individual nós nos enfraquecemos, nós precisamos nos unir. Eu quero parabenizar. As últimas informações que tenho todos os movimentos estão trocando informação, estão sentando, estão conversando, estão dialogando com a imprensa, e é isso que nós

precisamos fazer para que a nossa cidade não seja lá na frente uma vergonha para os nossos filhos e netos.

Obrigado, presidente. Obrigado pela tolerância do tempo, obrigado sempre por sua cordialidade com este vereador.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Joceval Rodrigues, V. Exa., de fato, passou do tempo, mas não cortamos o vosso raciocínio.

Vereadora Marta Rodrigues próxima inscrita para fazer os comentários. Logo depois, vereador Sílvio Humberto e logo depois passaremos para as Representações Partidárias, uma vez que não dá tempo de fazer o uso do Pinga-Fogo.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras.

A galeria aqui muito bem representada tanto pelo Fórum da Pessoa Idosa, como também pela associação e o movimento SOS Buracão, e é isso que esta Casa precisa, Sr. presidente.

Nesta tarde de hoje, eu quero começar aqui saudando Lúcia Mascarenhas, que eu já a conheço de caminhada, pela sua resistência, resiliência, na busca também de cada vez mais garantir as políticas públicas e orçamento para a pessoa idosa. Por isso, quando vem aqui nesta Casa é para a gente também, meu querido mestre colega vereador Edvaldo Brito, que se a gente vai alterar a memória de cálculo da LDO, que seja para a gente alterar, para a gente incluir quem de fato necessita das políticas públicas. E não é o que a gente viu aqui na quarta-feira com a votação.

Por isso, Lúcia, o meu respeito e podem contar com a gente nessa direção para dar conta deste debate, tanto em nível do município, como também em nível estadual. Mas, Sr. presidente, na sexta-feira tanto a frente parlamentar composta pelo PT, pelo PCdoB, pelo PV, pelo PSB, protocolou no TJ uma Adin, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Nós estivemos presentes lá, eu e o meu líder Sílvio Humberto, e diversos outros parlamentares também, apoiando, porque foi de forma simbólica, para a gente fazer aquela entrega.

E essa Adin, que acabou tendo uma distorção de informação, e é bom a gente utilizar esta Tribuna para a gente

fazer valer o que a Adin traz. O objetivo da Adin são nossas preocupações tanto de quem lá mora, como também da sociedade civil, dos partidos, com relação às questões ambientais que afetam a Cidade do Salvador, em particular aquela região da Rua Barro Vermelho, denominada de Buracão.

Então, a Ação Direta de Inconstitucionalidade vai defender os interesses — para concluir, Sr. presidente, só um minuto —, os interesses do meio ambiente e garantir também a proteção das áreas naturais contra projetos que possam ameaçar a sua preservação. Foi isso que foi lá protocolado na Adin, e nós estávamos lá. E essa Adin foi uma ação conjunta, após uma audiência pública promovida na Alba pelo deputado Robinson Almeida.

Todos nós estávamos lá e de lá tirou essa ação conjunta, porque quem pode protocolar são os partidos em nível estadual, porque o que a gente tem visto foi o que Daniel trouxe aqui: a indústria, Sr. presidente, da degradação. Então, deixa o imóvel degradar para a partir daí aumentar o coeficiente de construção. Isso é um absurdo, sem ter debate, sem ter a participação popular.

E o que nós pedimos, o que vai na contramão do próprio PDDU, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que foi aprovado por esta Casa, em 2016.

Por isso, que a vinda aqui de vocês, o Movimento, é essencial para poder garantir que não construa nenhum espigão ali naquela área. E nós vimos esta Casa aqui fazendo tudo e foram aprovadas as desafetações.

E, aí, a movimentação, a própria Justiça já embargou uma, aquela ali do Itaigara, e a outra que foi conseguida uma liminar, antecipadamente.

Por isso, que a movimentação do SOS Buracão tem feito, tem buscado, tem envolvido a população para poder parar estes absurdos e ouvir, ouvir quem mora ali. E, a partir dessa escuta, a gente construir uma cidade, porque Salvador vai na contramão da história. Enquanto os outros, o mundo inteiro está descarbonizando, Salvador, cada vez mais, a gente está vendo esse efeito estufa e essa situação que para a gente não podemos conviver.

Muito obrigada, Sr. presidente. E viva a luta do SOS Buracão! Não aos espigões nas praias, nem na praia do Buracão e em nenhuma outra na cidade de Salvador.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Próximo inscrito para fazer o Comentário, vereador Sílvio Humberto, que dispõe de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde, galeria. Saudar a sociedade civil, aqui, SOS Buracão, que é um grande exemplo daquilo que nós acreditamos do exercício da cidadania ativa.

Eu acho que essa forma de se organizar e cobrar do poder público, justamente o que deve ser feito, no sentido de que você não deve pensar, vereador Edvaldo Brito, que as políticas públicas devem ser construídas pensando unicamente para as pessoas. Quando você pensa com as pessoas, você reconhece que essa autonomia vai para além do exercício cívico de votar no mês das eleições.

Então, essa é uma forma que a sociedade encontra de fazer essa conversa e defender, minimamente, qualidade de vida. Porque o que está em jogo aqui hoje, e que Daniel trouxe aqui, é um debate sobre qualidade de vida.

Se vamos, como bem disse o meu colega e economista Fernando, o desenvolvimento canibal ou um desenvolvimento

sustentável. Isso não é um jogo de palavras. Na verdade, o que está embutido ali é entender que desenvolvimento é, acima de tudo, você pensar que não é uma questão meramente técnica, você pensar o desenvolvimento como uma escolha política.

E o que tem se observado nessa administração é uma escolha política pelo cimento. Uma escolha política que nega o planejamento, no sentido penso o planejamento baseado no presenteísmo. Ou seja, esse presenteísmo que nega o planejamento mais para frente. Porque confunde, infelizmente, o dia seguinte com o dia de amanhã. E nós que pensamos o planejamento, que entendemos o que é um PDDU, é você discutir pensando no dia de amanhã, no sentido de discutir perspectiva com as pessoas.

Porque quando você pensa a cidade, sem considerar a qualidade de vida ou acha que a qualidade de vida se resume a um monte de obras, e obras reativas, você está esquecendo que o que nós temos de melhor nesta cidade são as pessoas. É a qualidade de vida das pessoas. Ali não está só pensando o Buracão em si, mas se tem o entorno de uma comunidade, gente que vem do Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina, é um conjunto. E que deve ser pensado como um *locus* que tem que servir para toda a cidade.

Eu me preocupo muito porque essa onda desenfreada, puxada pelo capital especulativo, quando eu olho ali a Ondina, o

tradicional Colégio do Instituto Social, que formou um monte de gente, muitas pessoas passaram por ali, vai virar duas torres, em curso. O São Tomás de Aquino, lá no Rio Vermelho, idem. Então, assim, você perde lugares onde antes se construiu o saber, para, simplesmente, construir concreto. Então, esse é um jogo que nós temos perdido todos.

E eu acho que está, justamente, Daniel, em tempo. Você que teve a oportunidade de estudar fora, de conversar e entender o que é desenvolvimento sustentável. Lá, quando você foi para a Holanda, você sabe que falta espaço e aqui tem o espaço, mas efetivamente falta uma identidade entre quem governa e a população. Não consegue, falta empatia porque se tivesse empatia traria a dignidade como princípio basilar, fundante de pensar políticas públicas.

Então, eu quero parabenizar porque isso aqui vira um dominó de cidadania no sentido de exercitar o exercício da cidadania para além do período eleitoral.

A gente está aqui discutindo política com um P bem grande e discutindo o futuro da cidade. Pode contar conosco aqui para fazer esses embates, buscar convencer os nossos pares, porque aqui é um processo de convencimento. Nós perdemos na maioria das vezes, mas nós estamos sempre buscando convencer as pessoas.

Então, podem contar conosco, podem contar aqui com a liderança da oposição para a gente conseguir seguir exercendo o que nós temos de melhor que é esse exercício da cidadania ativa.

Muito obrigado, Sr. presidente, pela tolerância.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Último inscrito para o Comentário, vereador Claudio Tinoco, que também dispõe de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR.**

Bom dia, boa tarde a todos, Sr. presidente, Sras. vereadoras, Srs. vereadores.

Já viram que estou tranquilo hoje né, errando até o turno. Então, quero cumprimentar a todos, todos os colegas na figura do professor Edvaldo Brito, que compõe a Mesa Diretora desta sessão. É uma honra para todos nós, professor Edvaldo Brito.

Eu quero, primeiro, agradecer a referência ao vereador Claudio Tinoco feita aqui por Daniel. E tenho certeza, Daniel, de

que essa referência feita nominalmente é em reconhecimento ao mandato que discute, que debate, se posiciona em relação a temas relevantes para a Cidade do Salvador e para os soteropolitanos.

É verdade, sim, que o vereador Claudio Tinoco esteve, como sempre esteve nos quase 12 anos de mandato, discutindo temas importantes e mais recentemente abrimos o diálogo e o debate com a sociedade em relação ao comércio de praia e à necessidade de, enfim, Salvador poder ter um plano de gerenciamento costeiro que venha disciplinar melhor essas atividades que são importantes para a geração de oportunidades de trabalho para muitos soteropolitanos e consequentemente de renda.

É verdade que a gente precisa discutir, até mesmo porque muitas das regras, das leis têm uma implicação na legislação federal, professor Edvaldo Brito, inclusive essa questão do domínio sobre a faixa de praia. Existe um projeto nacional que levou inclusive à retirada das barracas e o senhor acompanhou isso de perto, que eu considero um crime para Salvador, sendo a única cidade do Brasil a ter que desobstruir as praias. Claro, com a necessidade de darmos melhor tratamento do ponto de vista ambiental, mas por outro lado, a gente sem ter uma alternativa. A pior coisa é quando você tira aquilo que é existente e não oferece uma alternativa à sociedade.

Mas eu quero ser muito objetivo aqui também porque o tema é de vital relevância. Eu fico muito à vontade porque sempre respeitei muito os movimentos da sociedade e eu aproveitei para aprender com os movimentos da sociedade. E o SOS Buracão é um desses movimentos que eu considero relevantes para que a gente possa aprender e se posicionar.

É claro que o tema em relevância, que é o licenciamento de possíveis empreendimentos na Rua do Barro Vermelho, ele iniciou colocando a Câmara Municipal em uma posição como se a Câmara estivesse discutindo ou deliberando ou a deliberar aquilo que poderia vir a ser o licenciamento desses empreendimentos.

Eu assisti pela imprensa, inclusive alguns, Sr. presidente, me permita dizer em que estavam inseridos no projeto de desafetação e possível alienação, o que não é verdade. Os terrenos privados estão sob domínio privado, particular e, consequentemente, evidente que um processo de licenciamento que está, eu diria, em curso. Pelo menos é o que nós temos conhecimento também em relação àquilo que é noticiado pela imprensa.

Por outro lado, nós não podemos nos omitir. Apesar do vereador Claudio Tinoco não ser o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, não ser membro da Comissão de Constituição e Justiça, não ser membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, não ser membro da

Comissão de Planejamento Urbano, eu me coloco à disposição, Daniel, a qualquer momento. Eu já disse aqui nesta Tribuna que eu já estive em alguns momentos na rua do Barro Vermelho muito antes desses licenciamentos estarem sendo discutidos. É dessa forma que a gente, aí sim, no momento em que o PL, de autoria do presidente Carlos Muniz, vier para Plenário vocês vão ter a convicção de qual é a posição do vereador Cláudio Tinoco, posição que sempre é muito clara, nós não ficamos em cima do muro, nós não mudamos de galho em galho, nós temos uma posição muito certa e a cidade que eu quero para mim, para os meus filhos e para o soteropolitano é uma cidade cada vez mais protegida ambientalmente.

A gente precisa discutir essa questão da orla de uma forma muito precisa e muito mais ampla. O projeto de Daniel Colina, por exemplo, para se estabelecer uma ligação entre o Porto da Barra e a Contorno criando toda uma engenharia para que pudéssemos nós caminharmos pela, eu diria, pela Vitória, entre o mar e a Avenida Sete de Setembro, professor Edvaldo Brito, ela foi perdida porque há muito tempo se construiu ali na encosta...

SR. PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL): Vereador, já com a tolerância da Mesa, para concluir.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Há muito tempo se construiu naquela encosta.

E a gente sabe que a gente precisa analisar isso de uma forma muito ampla, assim como nós não podemos ficar assistindo uma série de imóveis abandonados em toda a orla, sobretudo Atlântica, de Salvador, sendo depreciados e consequentemente também fazendo com que a nossa orla não possa ter um melhor tratamento do ponto de vista desse, eu diria, regramento para o desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL): Obrigado, vereador.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Contem com o vereador Claudio Tinoco, a qualquer momento e no momento de votação aqui no Plenário.

Obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Pela Ordem, vereador Randerson Leal.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RANDERSON LEAL (PODEMOS)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **PELA ORDEM**.

Boa tarde, Sr. presidente.

Gostaria de pedir verificação de quórum.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Pedir a V.Exa., que está sentado à Mesa, antes ouvir o vereador Cláudio Tinoco, uma Questão de Ordem, Pela Ordem.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, é só para cumprimentar pela presença do ex-deputado estadual Manoel Passos, aqui, no Plenário. E ao tomar conhecimento por ser apresentado por Daniel, fico muito feliz que ele foi líder do governo, Sr. professor Edvaldo Brito,

quando Antônio Carlos Magalhães era governador e tinha então, como secretário de Educação da Bahia, Eraldo Tinoco de Melo.

Então, cumprimentos ao ex-deputado estadual Manoel Passos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 15 DE ABRIL DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Vereador, Claudio Tinoco, a Mesa e esta Casa se associam a V.Exa. nos termos que se refere ao ex-deputado.

Vereador Randerson Leal, a verificação do quórum.

SR. VEREADOR RANDERSON LEAL (PODEMOS): Nove vereadores, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL): Não havendo quórum qualificado, então, encerrando a sessão, convocando outra para dia e hora regimental.

Desejando a todos uma boa tarde.

Encerrada a sessão.

Notas Taquigráficas

Coordenação de Taquigrafia

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br